

O RESTO NÃO É SILÊNCIO: POLÊMICA E POLARIZAÇÃO DO CAMPO INTELECTUAL EM PORTO ALEGRE NOS ANOS 1940

Lorena Madruga MONTEIRO¹

■ **RESUMO:** Com base nos escritos de Jean-François Sirinelli e Christophe Charle este trabalho revisa a polêmica do escritor Érico Veríssimo com o Padre Leonardo Fritzen S.J. a partir da análise dos grupos envolvidos e do conteúdo dos manifestos. Tal polêmica refere-se à queixa-crime deflagrada pelo escritor contra o padre jesuíta, após este ter publicado um artigo no qual repreendia o conteúdo da obra de Érico Veríssimo “*O resto é silêncio*”. Além disso, tal fato trouxe à cena pública a intelectualidade gaúcha em solidariedade a um ou outro dos envolvidos na questão. Desse modo, argumenta-se nesse artigo, a partir da análise das bases sociais e intelectuais de ambos os grupos, que o episódio evidenciou a estrutura da esfera intelectual no período, de um lado, monopolizado pelos católicos das Congregações Marianas e, por outro, pelo grupo da Editora Globo, mais heterogêneo social e ideologicamente. Além disso, tais manifestos revelam tomadas de posição relativas ao contexto ideológico do período, especialmente em virtude da Segunda Guerra mundial.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Intelectuais. Campo intelectual. Érico Veríssimo. Leonardo Fritzen. Porto Alegre.

Introdução

Este trabalho revisita a polêmica do escritor Érico Veríssimo com o Padre Fritzen S.J. – redator da revista *Echo* do Ginásio Anchieta de Porto Alegre – na década de 1940, a partir da

¹ UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA). Porto Alegre – RS – Brasil. 91501-970 – lorena.madruga@gmail.com

análise dos grupos envolvidos e do conteúdo dos manifestos de solidariedade. Tal polêmica refere-se à queixa-crime deflagrada por Érico Veríssimo contra Padre Leonardo Fritzen S.J., após este ter publicado um artigo na revista *Echo* no qual questiona a obra de Érico Veríssimo “*O resto é silêncio*”, especialmente por seu conteúdo moral, e desautoriza a leitura desta pela mocidade dos educandários católicos.

As origens da polêmica remetem ao artigo de Fritzen S.J. escrito em homenagem a *Getulinho*, filho do presidente Getúlio Vargas, antigo aluno do colégio Anchieta, que havia falecido. No entanto, o artigo, que era para ser um texto de consagração e homenagem ao antigo aluno, passou a ser uma crítica ao escritor Érico Veríssimo, principalmente a seu livro “*O resto é silêncio*”, considerado, pelo padre, um veneno para a cultura gaúcha. Frente a esta situação Veríssimo moveu uma queixa-crime contra o padre jesuíta. A polêmica terminou com o poder judiciário absolvendo Padre Fritzen S.J.² do crime de injúria, considerando a queixa-crime prescrita (TRINDADE, 1984).

Além da polêmica em si, o episódio trouxe a cena pública a intelectualidade gaúcha do período – escritores e/ou professores universitários – em solidariedade a um ou outro dos envolvidos na questão judicial. Desse modo, argumenta-se neste artigo, a partir da análise das bases sociais e dos recursos intelectuais de ambos os grupos, que o fato evidenciou a situação da esfera intelectual no período, de um lado monopolizada pelos católicos conservadores das Congregações Marianas, coordenadas pelos Jesuítas do Ginásio Anchieta, e, de outro, pelo grupo da Editora Globo, mais heterogêneo social e ideologicamente. Contou-se, para tanto, com fontes biográficas dos signatários de ambos manifestos e artigos de jornais dedicados à polêmica e publicados à época.

² O Padre Leonardo Fritzen S.J. nasceu em Tupandi, em 1885. Em 1899, ingressou no Seminário dos Jesuítas em Sebastião do Caí, instituição transferida, em 1900, para Pareci Novo. Em 1905, tornou-se noviço jesuíta em Barros, Portugal, aonde realizou seus votos de pobreza, castidade e obediência em 1907. Entre 1907 e 1911, cursou Filosofia em Valkenburg, Holanda. Em 1911, voltou ao Brasil e fixou-se no Ginásio Conceição, de São Leopoldo, onde lecionou até 1912. De 1913 a 1917, trabalhou no colégio Anchieta de Porto Alegre. Ordenou-se sacerdote em 1920. De 1923 a 1930, retornou ao Colégio Anchieta, onde dirigiu a revista *Echo*. A partir de 1931, dirigiu Seminários de diversas Dioceses, e até 1936 exerceu o reitorado no Seminário São José de Santa Maria. De 1942 a 1943, voltou a lecionar no colégio Anchieta. Depois de 1944, foi transferido para Salvador do Sul e para a direção do Seminário de Cerro Largo. Faleceu em 1965 (LEITE, 2005).

Intelectuais e engajamento público: perspectivas teóricas

Atualmente as análises de “História Intelectual” ou de “História dos Intelectuais” distanciaram-se da tradicional História das Ideias e apresentam novas perspectivas, tanto nas Ciências Sociais, quanto na História. De um lado, aparecem na forma de uma *Sociologia* ou uma *Cartografia* dos intelectuais, influenciada pelos estudos sociológicos de Pierre Bourdieu e de seu grupo sobre o campo intelectual francês. A obra de Christophe Charle (1990) é expressiva dessa vertente analítica. Nela, é reconstituído o contexto cultural no qual emerge a figura do intelectual francês a partir do *affaire Dreyfus*, através da análise das mudanças que ocorreram no campo intelectual com a expansão do ensino superior que possibilitou o surgimento de novos grupos com valores, origens sociais e formação universitária, distintos daqueles já estabelecidos. Por outro lado, estimulada por contribuições advindas do campo historiográfico, manteve-se a perspectiva *internalista* de interpretação das obras e dos discursos intelectuais, ainda que com novos enfoques. Nesse caso, procura-se construir uma “História política dos intelectuais”, na qual se considera como objeto de análise, além dos itinerários intelectuais, os manifestos, as petições e os discursos que mobilizaram os intelectuais para a atuação pública. Um exemplo deste tipo de abordagem pode ser encontrado no trabalho de Jean-François Sirinelli (1990), no qual são reconstruídos os debates e as paixões intelectuais que estiveram envolvidos no *affaire Dreyfus*.

Com base nos escritos de Jean-François Sirinelli e Christophe Charle acerca do campo intelectual francês, e levando-se em conta os problemas relacionados à apreensão e utilização desses modelos analíticos em contextos periféricos, como o brasileiro, nos quais as esferas sociais carecem de autonomia, tanto na formação dos intelectuais, quanto na esfera de produção cultural, este artigo tem por objetivo, ainda que de modo embrionário, desvendar a estrutura que o “campo intelectual” apresentava nos anos 1940, em Porto Alegre, através da análise da inserção cultural e profissional dos signatários dos manifestos de solidariedade e, com base nos desdobramentos de tal polêmica, verificar que questões realmente estavam em jogo nesse debate através da interpretação dos conteúdos divulgados na imprensa a favor ou contra as partes envolvidas.

Admite-se que este modelo de análise apresenta muitas limitações para o caso em questão. Uma delas refere-se à definição do que seria um intelectual em Porto Alegre durante os anos 1940? Ou melhor, dito em outros termos, de quem poderia ser considerado um intelectual? Jean-François Sirinelli (1986, 1990) trabalha com duas noções complementares de intelectuais. A primeira – sociológica e cultural – abrange os criadores, os mediadores e os receptores da cultura (por exemplo, os jornalistas, os escritores, os professores, os estudantes, etc.), articulados a uma época e um lugar específico. A segunda definição é baseada na noção de engajamento – direto ou indireto – na vida da cidade. O engajamento direto refere-se àquele indivíduo que é ator do jogo político, já o indireto caracteriza àqueles indivíduos que são conscientes de sua época, que divulgam, mesmo de forma não tão ativa, a sua visão de mundo. Nesse sentido, ambos os modos de engajamento acabam se constituindo como formas de intervenção política na vida da cidade.

Christophe Charle, por sua vez, enfrentou essa questão através da teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu. Em seus trabalhos sobre os intelectuais no *affaire Dreyfus*, Charle (1977, 1990) privilegiou uma categoria específica do campo intelectual: os escritores e a lógica subjacente de seus engajamentos em outros campos sociais, em especial no político. Nesse sentido, a estrutura do campo intelectual foi tomada como o elemento fundamental para compreender o engajamento público desses escritores. A partir disso, Charle (1990) demonstra que a crise do campo literário francês à época do *affaire Dreyfus* redefiniu as relações entre o campo literário e o campo do poder. Assim sendo, em linhas gerais, Charle (1990) demonstra que as divisões literárias e as posições que tais escritores possuíam na esfera intelectual, assim como a bipolarização do campo literário (dreyfusianos e anti-dreyfusianos), refletiram-se no campo político.

No seu trabalho comparativo sobre os intelectuais na França e na Alemanha, Christophe Charle (1995) reitera a dificuldade de definir tal categoria em estruturas sociais distintas e específicas. Nesta direção, aponta como essencial para desvendar o conjunto das estruturas do campo intelectual e o significado da noção de intelectual numa dada época e num contexto específico a utilização de biografias coletivas sistematizadas. Jean-

François Sirinelli (1986) segue essa direção ao demonstrar que o conceito de intelectual varia conforme o tempo, assim como o seu engajamento. Desse modo, para apreender as várias periodizações possíveis do engajamento dos intelectuais, assim como o contexto histórico de entrada dos intelectuais na política, deve-se fazer uma análise dos itinerários intelectuais. A partir desses itinerários é possível apreender as ideologias dominantes e o “espírito” de uma dada época, assim como as influências que receberam. Tal reconstituição das trajetórias intelectuais, conforme Sirinelli (1990) podem ser obtidas de duas formas: 1) pelo estudo da biografia; 2) ou pelo estudo da trajetória de um grupo específico.

Ambos os autores reiteram que a análise de grupos intelectuais deve incorporar não apenas aqueles que têm mais notoriedade, ou seja, os grupos dominantes, mas também os estratos intermediários e os dominados do campo. Sirinelli (1990) ainda destaca a importância de estudar aqueles que exerceram influência cultural e política na formação dos grupos intelectuais que se engajaram na vida pública posteriormente (SIRINELLI, 1988). Portanto, a análise dos trajetos dos grupos ou individuais permite apreender os tipos de engajamento relacionados à estrutura do campo intelectual. No entanto, apenas a análise dos trajetos, embora descreva a estrutura intelectual, não apreende as linhas, as clivagens e adesões existentes na comunidade intelectual e o espectro de suas demandas.

Nesse sentido, Sirinelli (1990, 2003) destaca a necessidade de apreensão das estruturas de sociabilidade de dado meio cultural. Elas se definem enquanto um agrupamento permanente ou temporário da comunidade intelectual, independentemente de seu estágio de institucionalização. Tais estruturas – sejam revistas, manifestos, petições – revelam um domínio intermediário entre a vida privada e pública dos intelectuais, e são construídas por simpatia e/ou amizade entre os membros ou por oposição a outros grupos. Além disso, a análise do conteúdo revela as questões subjacentes ao engajamento intelectual. Em suas próprias palavras:

“Entre as estruturas mais elementares, duas, de natureza diferente, parecem essenciais. As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas

amizades que as subndem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados e as cisões advindas. Ao mesmo tempo em que são um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas se constituem como um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo que viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nessa dupla dimensão. Os manifestos e abaixo-assinados, que permitem aos manifestantes contarem-se num protesto, se revestem também deste duplo aspecto. De um lado, o historiador não pode evitar estas perguntas essenciais: como se formam os grupos de apoio e os abaixo assinados? De outro, para a análise das correntes ideológicas marcantes, dos grandes debates e dos pequenos casos, conduzidos nos tempos diferentes das ideologias em posição dominante, polêmicas de dimensão nacional e epifenômenos que vêm apenas enrugur a superfície da história política, o abaixo-assinado é um bom sismógrafo para revelar e medir as ondas, os abalos e os estremecimentos que percorreram a consciência nacional” (SIRINELLI, 2003, p.249).

Nesta direção, tomando por base as questões suscitadas por esses dois autores, este artigo expõe, ainda que de forma preliminar, através dos trajetos coletivos dos signatários das moções a favor de Érico Veríssimo e do Padre Leonardo Fritzen, algumas características da estrutura do “campo intelectual” dos anos 1940. Tais características revelam algumas especificidades desse contexto periférico, como, por exemplo, a baixa institucionalização dos espaços sociais, e, através da análise dos conteúdos difundidos, permitem compreender melhor o que estava em jogo no embate público em questão. Portanto, este artigo, embora não analise uma revista em particular, toma, num primeiro momento, as assinaturas das moções de solidariedade como uma fonte preliminar, mas essencial, para destacar as características desse meio intelectual, e, num segundo momento, através da análise de artigos divulgados na imprensa local, caracteriza os debates específicos e gerais que estiveram presentes na polêmica.

A estrutura periférica do “campo intelectual” e os “intelectuais” envolvidos

Ambos manifestos foram publicados a pedidos no *Diário de Notícias* assim que a questão judicial foi divulgada. O número de assinaturas no manifesto a favor de Érico Veríssimo foi de 650³. Já a moção em solidariedade ao Padre Leonardo Fritzen contou com 345 assinaturas⁴. Frente a esse amplo universo de indivíduos e levando em conta que a maioria das trajetórias não está documentada, ou então que as informações sobre cada uma são dispersas, optou-se por utilizar uma única fonte de referência que é o livro de biografias intitulado *Escritores do Rio-Grande do Sul*, de Ari Martins. Destaca-se, nesse sentido, que esta obra, dada inexistência de um campo literário específico, considera como escritores os professores de ensino superior (desde aqueles que escreveram em publicações de natureza cultural, até aqueles com produção específica e científica em sua área acadêmica), os jornalistas (tanto os ligados a periódicos de circulação representativa, quanto àqueles que escreveram em jornais locais e/ou em publicações eventuais), os escritores de gêneros literários variados e graus distintos de notoriedade (teatrólogos, contistas, ensaístas, cronistas, prosadores, memorialistas, romancistas, poetas, etc.), os políticos, os juristas, etc. No entanto, embora esse quadro seja amplo, só localizamos 93 biografias, 45 relativas a signatários da moção a favor de Érico Veríssimo e 48 da moção a favor do Padre Leonardo Fritzen. Além disso, ainda que as informações contidas nessas biografias sejam padronizadas (formação escolar e universitária, trajeto profissional e/ou político, pertencimento a instituições culturais, produção intelectual), em muitos casos os dados apresentam-se incompletos. Mesmo assim, optou-se por utilizá-los por apresentarem informações úteis para a compreensão do contexto de época e dos termos da própria polêmica.

Uma das variáveis mais importantes na análise de elites culturais é a formação escolar. Nesse sentido, a pertença a um colégio de prestígio, ligado à formação das elites políticas e sociais, traduz-se num indicador revelador, mas não definidor, de origem social. No Rio Grande do Sul esse papel coube, de modo mais intenso, aos jesuítas alemães e a seus educandários católicos

³ “Manifesto de solidariedade ao escritor Érico Veríssimo”, 02 de maio de 1943.

⁴ “Uma página de crítica literária e os que com ela se solidarizaram”, 30 de abril de 1943.

(Ginásio Nossa Senhora da Conceição e Ginásio Anchieta). Em menor grau, mas também importantes, destacamos, dentre os colégios católicos, aqueles da ordem Marista e dos Lassalistas. Já entre os ginásios públicos, nesse período, destacam-se, não como educandários das elites, mas contemplando uma clientela bem mais diversificada, o Ginásio Júlio de Castilhos e o Colégio Militar.

O grupo a favor do Padre Fritzen, em sua maioria, teve sua trajetória ligada aos educandários dos jesuítas, especialmente ao Ginásio Anchieta (alguns estudaram no Ginásio Conceição, que existiu até a fundação do Anchieta). É claro que isso tem relação com o fato de o Padre Fritzen ser, à época, professor deste educandário, mas envolve outras questões. A maioria deste grupo manteve-se ligada aos empreendimentos dos jesuítas durante toda sua vida através das Congregações Marianas. Esse grupo participou ativamente das atividades das Congregações Marianas desde o Ginásio até depois de formados no ensino superior. Desse modo, embora haja diferenças geracionais entre os membros desse grupo, eles estavam conectados por uma socialização religiosa e agiam em conjunto no projeto de restauração católica. O que pode ser observado no quadro I:

Quadro I: Formação escolar e religiosa dos signatários dos manifestos

<i>Ginásio</i>	<i>Signatários Moção a favor de Érico Veríssimo (SEV)(N=25)</i>	<i>Signatários Leonardo Fritzen (SLF)(N=40)</i>
Nossa Senhora da Conceição/ Congregação Mariana	Augusto de Carvalho (2)	Adroaldo Mesquita da Costa (1) Antônio Pinto Bottini (1) Mário Bernd (1)
Nossa Senhora da Conceição		Dario de Bittencourt (1)
Anchieta/ Congregação Mariana		Ruy Cirne Lima (1) Raul Moreira (1) Rinaldo Pereira Câmara (1) Mário Goulart Reis (1) Carlos de Britto Velho (1) Décio Martins Costa (1) Francisco Machado Carrion (1) Egberto Guido Becker (1) Aldo Obino (1) Felipe Machado Carrion (1) Ernani Maria Fiori (1) Armando Dias de Azevedo (1) Amadeo de Oliveira Freitas (1) Gustavo Pereira Filho Mário Bernd (2) Antônio Peirouton Louzada (1) Heitor Cirne Lima (1) Camilo Martins Costa (1) Galeno Vellinho de Lacerda (1) Ruy Rodrigues Brasileiro de Azambuja (1) Armindo Cemin Beux (1)
Anchieta	Clovis Pestana (1) Ciro Martins (1) Nilo Ruschel (1)	José Luiz de Almeida Martins Costa Júnior (1) José Bochado da Rocha (1) Valter Becker (1) Humberto Lubisco (1) Osmar Pilla (1) Mário Calvet Fagundes (1) Dario de Bittencourt (2) Leônidas Soares Machado (1)

<i>Ginásio</i>	<i>Signatários Moção a favor de Érico Veríssimo (SEV)(N=25)</i>	<i>Signatários Leonardo Fritzen (SLF)(N=40)</i>
Outros Educandários Católicos	Estela Budiansky (1)	Fábio de Barros (1)
Outros educandários Católicos/ Congregação Mariana		Laudelino Medeiros (1)
Ginásio Julio de Castilhos	Celestino Prunes(1) Armando Fay de Azevedo (1) Dante de Laytano (1) Luís Palhares de Melo (1) Adalmiro Bandeira Moura (2)	Eliseu Paglioli (1) Mário Goulart Reis (1) Armando Cemin Beux (2)
Colégio Militar	Francisco Tavares Farias Guimarães (1) Gabriel de Miranda Obino (1) Homero de Castro Jobim (1) Júlio Ruas (1) Mário Quintana (1) Adalmiro Bandeira Moura (1)	Fábio de Barros (2) Rinaldo Pereira Câmara (2) José Brochado da Rocha (2)
Formação fora do Rio Grande do Sul	Clovis Pestana (2) Ângelo Guido (1) Augusto de Carvalho (1) Ernani Dias Correa (1)	Mário Calvet Fagundes (2)
Outros	Dionélio Machado (1) Licurgo Cardoso (1) Gastão Hasslocher Mazon (1) Adail Leodegário de Moraes (1) Júlio Ruas (2) Ovidio Moojen Chaves (1) Pedro Rubens de Freitas Wayne (1) Lila Guedes Ripoll (1) Érico Maciel (1) Olinto San Martin (1)	Mansueto Bernardi (1) Isolino Leal (1) Mário Brasil (1) Leonardo Macedônia (1)

Fonte: Martins (1978)

Portanto, esse grupo se define, não apenas por ter estudado no Ginásio Anchieta, uma vez que muitos dos signatários da moção a favor de Érico Veríssimo e a elite de forma geral estudaram nesse educandário, mas também pelas atividades interdependentes das Congregações Marianas. Já o grupo a favor de Érico Veríssimo apresenta uma formação escolar variada,

com muitos tendo estudado em educandários do interior do Rio Grande do Sul, como o escritor e médico Dyonélio Machado⁵.

Em relação à formação universitária dos signatários dos manifestos, no grupo a favor de Veríssimo, muito embora a maioria tivesse realizado seus estudos universitários em escolas tradicionais como Medicina, Direito e Engenharia, havia alguns membros, mais novos, que estudaram em unidades acadêmicas ainda incipientes à época, como a Faculdade de Ciências Econômicas, a de Filosofia e a de Jornalismo. Por sua vez, o grupo a favor da moção ao Padre Fritzen, em geral, advinha das carreiras típicas dos grupos de elites, especialmente da Faculdade de Direito, como bem mostra o quadro II:

Quadro II: Formação universitária dos signatários dos manifestos

<i>Curso</i>	<i>SEV (N= 23)</i>	<i>SLF (N=38)</i>
Direito	Clóvis Pestana (2)	Adroaldo Mesquita da Costa (1)
	Manoelito de Ornellas (1)	Ruy Cirne Lima (1)
	Armando Fay de Azevedo (1)	José Luiz de Almeida Martins Costa
	Dante de Laytano (1)	Júnior (1)
	Manoel Braga Gastal (1)	Valter Becker (1)
	Nei Messias (1)	Francisco Machado Carrion (1)
	Nilo Ruschel (1)	Egberto Guido Becker (1)
	Gabriel de Miranda Obino (1)	Aldo Obino (1)
	João de Aragão Bergmann (1)	Felipe Machado Carrion (1)
	Fernando da Silva Borba (1)	Ernani Maria Fiori (1)
	Adail Leodegário de Moraes (1)	Leonardo Macedônia (1)
	Adalmiro Bandeira Moura (1)	Armando Dias de Azevedo (1)
		Dario de Bittencourt (1)
		Amadeo de Oliveira Freitas (1)
		Laudelino Medeiros (1)
		Paulo Rache (1)
		Camilo Martins Costa (1)
		Galeno Vellinho de Lacerda (1)
		Ruy Rodrigues Brasileiro de Azambuja (1)
		Leopoldo Hoffmann (1)

⁵ Dionélio Machado era filho de uma família de origem pobre, que para estudar em Quarai dava aula para alunos atrasados e em contrapartida não pagava matrícula. Posteriormente, como muitos outros signatários da moção a favor de Veríssimo, realizaria seus estudos preparatórios com o professor Emilio Meyer.

<i>Curso</i>	<i>SEV (N= 23)</i>	<i>SLF (N=38)</i>
Medicina	Celestino Prunes (1) Dionélio Machado (1) Ciro Martins (1) Rui Vieira da Rocha (1) Estela Budiansky (1)	Antônio Pinto Bottini (1) Fábio de Barros (1) Raul Moreira (1) Luis Francisco Guerra Blessmann (1) Eliseu Paglioli (1) Carlos de Britto Velho (1) Décio Martins Costa (1) Humberto Lubisco (1) Osmar Pilla (1) Alfeu Bica de Medeiros (1) Gustavo Pereira Filho Mário Bernd (1) Antônio Peirouton Louzada (1) Heitor Cirne Lima (1) Leônidas Soares Machado (1)
Engenharia	Clóvis Pestana(1) Edvaldo Paiva (1) Ernani Dias Correa (1)	Mário Goulart Reis (1) Mário Brasil (1) Armindo Cemin Beux (1)
Agronomia	Gevaldino Ferreira (1)	
Veterinária	Outubrina Correa (1)	
Filosofia	Nei Messias (2)	
Economia	Olinto SanMartin (1)	Laudelino Medeiros (1)
Jornalismo	Luís Palhares de Melo (1)	

Fonte: Martins (1978)

Entre os itinerários dos membros analisados, destaca-se que a expressiva maioria do grupo em torno do Padre Fritzen realizara estudos universitários, enquanto no grupo em torno de Veríssimo menos da metade havia concluído um curso superior. Esse dado, além de revelar a diferença de origens sociais e o caráter elitista do ensino superior (à época um privilégio de poucos), mostra também que uma parcela expressiva dos signatários exercia atividades no jornalismo, embora a carreira não fosse institucionalizada, seja em jornais e periódicos de pequena tiragem e de caráter local, seja nos grandes jornais de

Porto Alegre como o *Diário de Notícias*, a *Federação*, o *Correio do Povo*, a *Folha da Tarde de Porto Alegre*, além da *Revista do Globo*.

Se o grupo a favor de Veríssimo se destacava nas atividades jornalísticas, os signatários da moção em solidariedade ao Padre Fritzen ocupavam o espaço universitário⁶. Inclusive, a maioria dos membros desse grupo dedicar-se-ia à carreira do magistério, especialmente no ensino superior, além de desenvolver carreiras liberais, como médicos e advogados. Tal direcionamento para a esfera universitária relaciona-se com a possibilidade de portadores de títulos universitários e com certa notoriedade lecionarem nas novas unidades acadêmicas criadas (Faculdade de Filosofia e Faculdade de Ciências Econômicas) que, juntamente com as escolas superiores existentes (Direito, Medicina, Engenharia e Agronomia), constituíram a Universidade do Rio Grande do Sul, a partir de 1934. O mesmo ocorreria na Pontifícia Universidade Católica, fundada na década de 1940.

Além disso, a entrada no ensino universitário fez parte da estratégia do grupo católico, que já ocupava posições de liderança na Universidade – como no caso de Armando Câmara, expressiva liderança católica, que, além de docente da Faculdade de Direito, também foi Reitor da Universidade na década de 1940 –, de, por um lado, impedir o florescimento no ambiente universitário de orientações distintas das suas e, por outro, garantir o monopólio da formação das futuras gerações de professores para a rede católica de ensino, especialmente na Faculdade de Filosofia (MONTEIRO, 2011).

A despeito disso, tanto o ensino universitário como o funcionalismo público também se constituíram como espaços de atuação profissional de membros do grupo a favor de Érico Veríssimo, mas estes, em sua grande maioria, dedicaram-se mesmo ao jornalismo⁷. É sabido que o jornalismo exercia forte “atração sobre muitos escritores que desenvolviam atividades literárias e artísticas, uma vez que a ausência de um mercado editorial forte favorecia a aproximação entre jornalismo e escritores, tornando a imprensa o principal espaço de difusão de obras literárias” (PETRARCA, 2007, p.68). Esse foi o caso,

⁶ Por exemplo, ao analisar a inserção profissional dos signatários dos manifestos, verifica-se que apenas 12 daqueles que assinaram a moção em solidariedade a Veríssimo dedicavam-se ao magistério superior, enquanto que 36 dos signatários a favor do Padre Fritzen eram professores universitários.

⁷ Apenas 7 daqueles que assinaram em favor do Padre Fritzen dedicaram-se ao jornalismo, enquanto 32 dos signatários da moção em solidariedade a Veríssimo eram jornalistas.

por exemplo, de escritores como Manoelito de Ornellas, que concomitantemente com a produção literária desenvolveu carreira no jornalismo como redator do jornal *A Federação* e do *Jornal da Manhã*. Para outros, o jornalismo desvinculava-se da literatura e começava a constituir-se enquanto um ramo profissional, cujo objetivo era informar sobre a realidade política e social, a exemplo da trajetória do médico Celestino Prunes como repórter.

Isso não significa que o grupo a favor de Leonardo Fritzen não desenvolvesse atividades na imprensa escrita, uma vez que seus membros escreviam constantemente em jornais de circulação, algumas vezes comprando espaços, outras a pedidos, e até mesmo contando com uma coluna semanal, como no caso de Aldo Obino que foi redator do *Jornal Correio do Povo*. No entanto, a atuação desse grupo foi representativa num ramo específico de imprensa: a católica. Por exemplo, o jurista e professor de Direito Rui Cirne Lima fundou o *Jornal do Dia*, o também professor de Direito Amadeo de Oliveira Freitas dirigiu o jornal católico *A Nação*, cuja redação ficava a cargo de Rui Rodrigo Brasileiro de Azambuja. Além disso, desde a década de 1930, o movimento católico era divulgado na revista *Idade Nova*, criada por boa parte desse grupo no Centro Católico de Acadêmicos da Faculdade de Direito.

Nota-se, portanto, que as atividades jornalísticas e as instituições de imprensa não constituíram o lócus privilegiado de atuação do grupo a favor do Padre Fritzen, cujos membros construíram sua notoriedade intelectual, principalmente, através de suas atividades universitárias. Nesta esfera, o grupo do Padre Fritzen, em comparação aos poucos itinerários ligados ao ensino universitário do grupo a favor de Érico Veríssimo, dominava as áreas acadêmicas mais tradicionais, como o Direito e a Medicina, e, em menor grau, naquele momento, a própria Faculdade de Filosofia⁸.

Outra variável importante para verificar a posição dos membros dos grupos no meio intelectual é o seu pertencimento a instituições de consagração cultural. Nesse sentido, selecionamos duas instituições que a princípio poderiam demarcar diferenças de perfis intelectuais entre esses grupos: o Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul e a

⁸ Por exemplo, na década de 1940, entre os signatários da moção a favor do Padre Fritzen, 11 eram professores da Faculdade de Direito, 12 da de Medicina e 7 da de Filosofia.

Academia Rio-Grandense de Letras. Enquanto a primeira, fundada no período imperial, se afirma pela consagração do passado através do ensaísmo histórico; a segunda, fundada nos primórdios do período republicano, balizaria e estimularia a esfera da produção literária.

Há que se dizer, porém, que o Instituto Histórico Geográfico agregava membros de ambos os grupos. Nesse sentido, é interessante observar que dentre os signatários da moção a favor do Padre Fritzen estavam intelectuais com posição de destaque no Instituto, em especial aqueles dedicados à produção sobre o passado imperial do país (como, por exemplo, Armando Dias de Azevedo, Rinaldo Pereira Câmara, Laudelino Teixeira Medeiros). Já do grupo a favor de Veríssimo destacam-se as atuações de Manoelito de Ornellas e Ângelo Guido, dentre outros.

A Academia Rio-Grandense de Letras, criada em 1901, embora na origem tenha contado com a presença de um representativo grupo de literatos, em seu desenvolvimento foi marcada por muitas descontinuidades. Em 1910, mudou de nome passando a chamar-se Academia de Letras do Rio Grande do Sul. Posteriormente, já na década de 1920, os escritores modernistas contrários à existência de academias de letras criariam o Instituto Rio-Grandense de Letras que, em 1934, passa a se chamar Academia Rio-Grandense de Letras. Em 1944, por fim, as duas academias se fundem e, em 1963, retomam o nome original de 1901. Seja como for, pela baixa presença de seus membros entre os signatários dos manifestos analisados, pode-se concluir que essa instituição não demarcava o campo literário do Rio Grande do Sul à época, conforme pode ser observado no quadro III:

Quadro III: Pertencimento a Instituições de consagração cultural

<i>Instituições</i>	<i>SEV</i>	<i>SLF</i>
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)	Manoelito de Ornellas (1) Ângelo Guido (1) Olinto San Martin (3) Dante de Laytano (3) Jorge Bahlis (3) Gastão Hasslocher Mazon (1) Carlos Macedo Reverbel (1)	Adroaldo Mesquita da Costa (1) Rinaldo Pereira Câmara (2) Mansueto Bernardi (1) Mário Calvet Fagundes (1) Aldo Obino (1) Leonardo Macedônia (1) Armando Dias de Azevedo (1) Laudelino Medeiros (1)

<i>Instituições</i>	<i>SEV</i>	<i>SLF</i>
Academia Sul Rio-Grandense de Letras	Augusto de Carvalho (1) Olinto San Martin (1) Jorge Bahlis (2) Fernando da Silva Borba (1) Gastão Hasslocher Mazon (2)	Mário Calvet Fagundes (1) Mário Bernd (2)
Instituto Rio- Grandense de Letras	Jorge Bahlis (1)	Fábio de Barros (1) Dario de Bittencourt (1) Amadeo de Oliveira Freitas (1)
Academia Rio- Grandense de Letras	Olinto San Martin (2) Gevaldino Ferreira (1)	Dario de Bittencourt (2) Mário Bernd (1)

Fonte: Martins (1978)

É preciso destacar a militância dos signatários da moção a favor de Veríssimo em instituições da imprensa. Vários deles participaram e, muitas vezes, fundaram associações, a exemplo da Associação Rio-Grandense de Imprensa e da Associação dos Cronistas (esportivos) de Porto Alegre. Alguns poucos participaram de órgãos oficiais de governo, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e a Imprensa Oficial do Rio Grande do Sul. Já o grupo a favor do Padre Fritzen destacou-se no desenvolvimento de sociedades e/ou institutos profissionais, especialmente na área do Direito, a exemplo do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul e do Instituto Brasileiro de Direito Social.

Portanto, a despeito do caráter periférico e não plenamente institucionalizado dessas instâncias de consagração social, a descrição de suas atividades, ainda que breve, se justifica na medida em que nos permite compreender melhor certas diferenças entre os grupos. De um lado, um grupo católico (com algumas exceções), formado em um educandário de prestígio e com a mesma socialização religiosa, que dominou o espaço universitário; e, de outro, um grupo heterogêneo em termos de formação escolar e origem social, cuja atuação, com algumas poucas exceções, pautava-se pela presença na imprensa e na literatura. No entanto, tais características não demonstram como tal polêmica refletiu-se no campo do poder e nem se isto realmente ocorreu. Um dos meios de verificação é a análise das trajetórias políticas dos signatários. Afinal, tal polêmica teve relação com a entrada posterior na política dos signatários ou

essa relação é infundada? O quadro IV pode nos sugerir algumas pistas:

Quadro IV: Entrada na política dos signatários

<i>Em relação à Polêmica</i>	<i>SEV</i>	<i>SLF</i>
Antes	Armando Fay de Azevedo (1) Gabriel de Miranda Obino (1)	Adroaldo Mesquita da Costa (1) Antônio Pinto Bottini (1) Luis Francisco Guerra Blessmann (1) Décio Martins Costa (1) José Brochado da Rocha (1) Paulo Rache (1)
Depois	Clóvis Pestana (1) Dionélio Machado (1) Manoel Braga Gastal (1) Adail Leodegário de Moraes (1) Adalmiro Bandeira Moura (1)	Adroaldo Mesquita da Costa (2) Eliseu Paglioli (1) Carlos de Britto Velho (1) Décio Martins Costa (2) José Brochado da Rocha (2) Francisco Machado Carrion (1) Paulo Rache (1) Armando Pereira Câmara (1)

Fonte: Martins (1978)

Os poucos casos sugerem que a polêmica não se refletiu diretamente na esfera política. É claro que se deve levar em conta o contexto no qual se desenvolveu a contenda: o final do Estado Novo. Além disso, a entrada na política do grupo ligado ao Padre Fritzen teve uma relação direta com os processos constituintes (de 1934 e 1946) e não com fatos advindos da esfera intelectual. No entanto, por outro lado, como demonstraremos abaixo, o contexto político da época – mundial, nacional, e local – refletiu-se nos desdobramentos da polêmica divulgada na imprensa de Porto Alegre.

Os manifestos de solidariedade: liberdade x autoritarismo?

Conforme já apontamos, o estopim da polêmica foi a publicação “a pedido” no *Diário de Notícias* do artigo do Padre Fritzen e das assinaturas dos intelectuais solidários ao padre. Logo após, viria a tona o manifesto em solidariedade ao escritor Érico Veríssimo. Este se concentrou no conteúdo político da

polêmica. Para tanto, se associava as posições de Érico Veríssimo ao ideal de uma democracia liberal e aos postulados defendidos pelo presidente norte americano Roosevelt, destacando-se a defesa que o escritor fazia do liberalismo frente ao autoritarismo do Estado Novo e das nações do Eixo. Como demonstra o artigo de Homero de Castro Jobim, publicado na revista *Diretrizes*:

“As declarações de Wendell Wilkie e de Henri Wallace, e a liberdade de opinião, a liberdade de culto, a libertação do medo e a libertação da miséria, as quatro liberdades fundamentais estabelecidas pelo presidente Roosevelt enchiam de esperanças a imensa maioria dos homens e mulheres de Porto Alegre. Não podiam agradar, porém a parte restante dessa imensa maioria. Não podiam naturalmente agradar os que querem conservar a sociedade como um organismo morto, estático, imutável através dos séculos, aqueles que julgam que o homem, espiritualmente, deve viver sempre no século XII. Não podiam agradar, enfim, aos que querem impedir que as conquistas do pensamento científico passem a fazer parte do pensamento coletivo das massas populares e que querem manter indefinidamente seus privilégios econômicos e espirituais; àqueles que temem a democracia, porque ela é o sistema político mais favorável ao progresso; àqueles que esperam uma boa oportunidade para agrupar-se em torno de um Fuehrer qualquer, que lhes defenda as viagens de recreio, as caríssimas amantes, os automóveis luxuosos, os ócios intermináveis...” (JOBIM, 1943).

Em relação aos membros do grupo a favor de Padre Fritzen, os defensores de Veríssimo posicionam-se contra a maneira “inquisicional” como o haviam criticado, aproximando-os das atitudes típicas do regime nazista. Como ilustra o texto da moção de solidariedade:

“Agora, que Érico Veríssimo acaba de enobrecer a literatura brasileira, consagrando-se fora das fronteiras do país, e a propósito de seu último romance, uma onda sectária de intolerância, desvirtuando o real sentido de princípios morais e religiosos assás respeitáveis, levantou-se contra o escritor patricio, solidarizando-se com o autor de uma sugestão que apregoa a necessidade de efetivar algo muito semelhante as fogueiras de livros marcados pelo index do ditador de Berlim; revivescência, por sua vez, das fogueiras medievais de homens, sete anos atrás. É um contra-senso

que uma tal coisa esteja acontecendo precisamente no país que foi, na América do Sul, o pioneiro da participação armada na luta contra o nazismo" (MANIFESTO, 2 de maio, 1943).

A associação de Érico Veríssimo aos ideais do presidente americano Roosevelt e à democracia americana tem relação com o fato de ele ter estado, em 1941, nos EUA a convite do Departamento de Estado, ministrando conferências e de ter retornado logo após a polêmica à Universidade de Berkeley, na Califórnia. Além disso, embora Veríssimo nunca tivesse se definido ideologicamente ou exercido função em qualquer tipo de agremiação, sempre se posicionou a favor dos regimes democráticos, especialmente o americano.

Já o grupo em torno do Padre Fritzen é retratado como simpático aos regimes autoritários, como o Nazismo, o Fascismo e o Estado Novo, de Getúlio Vargas. No entanto, o manifesto apresentado pelo grupo que o apoiava não fazia nenhuma menção ao contexto político da época, uma vez que os seus signatários apenas se posicionaram na condição de docentes que defendiam a formação dos alunos e que, por isso mesmo, consideravam legítimo o ato do Padre Leonardo Fritzen de censurar o conteúdo da obra de Veríssimo, uma vez que "não bastava ensinar aos alunos a religião católica, era importante que eles julgassem a obra de um não católico sob o prisma da Igreja" (TRINDADE, 1984, p.56).

"Aos sacerdotes, a lei eclesiástica prescreve que advertam os fiéis acerca do dano e perigo advenientes dos livros maus – *Opportune moneant fideles de periculo et damno lectionis librorum pravorum*. Aos professores, acaso será lícito manterem-se indiferentes à íntima formação do caráter dos alunos? Ninguém negará, estamos tranquilos, o direito e o dever que assistem aos professores, de orientar sadiamente em tal matéria os jovens confiados à sua capacidade de educadores" (UMA, 30 de abril, 1943).

De toda forma, a relação, implícita ou não, entre esse grupo católico e os regimes autoritários está ligada, por um lado, à posição da Igreja Católica em relação a tais governos, e, por outro, no nível regional, à oscilação de posições de Dom João Becker, Arcebispo de Porto Alegre. Nesse sentido, para Fernando Trindade (1984) teria havido omissão da Igreja Católica diante dos regimes totalitários, em virtude de sua postura radicalmente

anticomunista. E mesmo com a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, em 1942, os católicos permaneceriam apoiando a ditadura de Vargas, revelando muita ambiguidade com relação ao fascismo italiano. As posições de Dom João Becker e da Arquidiocese do Rio Grande do Sul refletiam isso muito bem:

“A declaração brasileira de guerra ao Eixo, no segundo semestre de 1942, refletir-se-á na postura arquidiocesana, que persistirá na condenação explícita ao nazismo e ao nacionalismo nipônico, mas silenciando completamente em relação ao fascismo italiano. O arcebispo fugia de um reconhecimento público da conivência italiana à agressão alemã ao Brasil e da realidade da declaração de guerra em relação também à Itália, contida no documento da chancelaria brasileira datada de 21 de agosto de 1942. Ao contrário da retratação oficial de Dom João Becker sobre sua opinião a respeito do nacional-socialismo alemão, seu posicionamento favorável a experiência fascista italiana não sofreria retoques explícitos. Condenava-se a política do Eixo, mas particularizava-se apenas as condenações aos regimes anticristãos da Alemanha e do Japão” (ISAÍIA, 1998, p.199).

Tais posicionamentos de Dom João Becker refletiram-se nas tomadas de posição do grupo em torno do Padre Fritzen. Inclusive, muitos desses debates – a favor do Nazismo ou do Fascismo – foram divulgados no jornal *A Nação*, cujos articulistas fizeram parte desse grupo. Portanto, os manifestos de solidariedade a uma ou outra das partes envolvidas revelam “as tomadas de posição e os confrontos relativos ao fascismo, ao Estado Novo, e à nova conjuntura pós-guerra” (CORADINI, 2003, p.16).

Considerações finais

A análise apresentada nesse artigo procurou pontuar algumas características essenciais desses grupos intelectuais e do debate público travado à época. De modo preliminar a caracterização dos grupos revela certas bipolarizações no “campo intelectual” da Porto Alegre dos anos 1940, seja em termos de capitais escolares, seja em relação aos espaços sociais de atuação. Por um lado, um grupo católico com a mesma socialização escolar e religiosa, no qual os trajetos de seus membros confluem para o magistério universitário; por outro, um grupo heterogêneo,

em termos de formação escolar e universitária, cujos itinerários ligam-se em sua maioria às atividades literárias da editora Globo e aos empreendimentos da imprensa rio-grandense. Destaca-se, nesse sentido, que as características sociais de alguns membros do grupo em torno de Érico Veríssimo, e do próprio Érico, assemelham-se àquelas do grupo de escritores brasileiros da década de 1930, os quais, “pertencendo quase sempre a famílias de proprietários rurais que se arruinaram, não têm outra possibilidade senão de sobreviverem às custas de empregos no serviço público, na imprensa, e demais ofícios que se prestam às divagações do espírito” (MICELI, 1979, p.93).

Em relação ao conteúdo, os manifestos ultrapassaram a questão literária e moral que originalmente impulsionou a polêmica e abarcaram o contexto político da segunda Guerra Mundial. Nesta direção, o grupo dos signatários do manifesto a favor de Veríssimo se apresenta como ao lado dos aliados, especialmente da democracia americana, e o grupo em torno do Padre Fritzen é descrito como simpático aos regimes totalitários e autoritários do Eixo. No entanto, acreditamos que essa representação carece de elementos menos circunstanciais, uma vez que em torno do grupo de apoio ao Padre Fritzen constituiu-se um apostolado leigo de base jesuítica que atuou no sentido do fortalecimento do projeto de restauração católica. Nesse sentido, para além do episódio que envolveu a polêmica analisada, suas práticas têm profunda relação com as posições que a Igreja Católica assumiu nesse contexto⁹.

De todo modo, a análise aqui realizada procurou situar algumas características de um contexto periférico que revelam certa configuração intelectual que deve ser apreendida tanto em relação à estruturação dos grupos (meios de sociabilidade, itinerários intelectuais e tipos de engajamento na vida pública) quanto em relação ao conteúdo das polêmicas travadas do período. Acredita-se, portanto, que análises com esse intuito trarão mais elementos para a compreensão da formação dos meios e círculos intelectuais que pautaram o debate público durante o século XX.

MONTEIRO, L. M. The rest is not silence: controversy and polarization of the “field” intellectual in Porto Alegre at the 1940’s. *Perspectivas*, São Paulo, v.40, p.121-143, jul./dez. 2011.

⁹ Essas questões sobre esse grupo foram desenvolvidas na Tese de doutorado da autora intitulada: Religião, cultura e política: O apostolado laico dos Jesuítas no RGS e os espaços sociais de atuação.

■ **ABSTRACT:** Based on the writings of Jean-François Sirinelli and Christophe Charle this paper reviews the controversy writer of Erico Verissimo with Fr Fritzen S.J. from the analysis of the groups involved and the content of the manifestos. This controversy relates to the abuse – crime triggered by the writer against Jesuit priest, after publishing an article that berates the content of the work of Verissimo “The rest is silence.” In addition, this fact brought to public intellectuals South – “riograndenses” in solidarity with one or other of those involved in this matter. Thus, it is argued in this article, based on analysis of social and intellectual foundations of both groups, this fact reveals the structure of the intellectual sphere in the period, monopolized by one side by the Catholics of the Marian Congregations and secondly by the group of Editora Globo, more heterogeneous socially and ideologically. Moreover, these manifestos reveal positions on the ideological context of the period, especially the Second World War.

■ **KEYWORDS:** Intellectuals. Intellectual field. Érico Verissimo. Leonardo Fritzen. Porto Alegre.

Referências

CHARLE, C. *Naissance des intellectuels*. Paris: Minuit, 1990.

_____. Champ littéraire et champ du pouvoir: Lês écrivains et l'affaire Dreyfus. *Annales, économies, sociétés, civilisations*, v.32, n.2, p.240-264, 1977.

_____. Intellectuels, bildungsburgertum et professions au XIXème siècle. *Actes de la recherché en Sciences Sociales*, v.106, n.1, p.85-95, 1995.

CORADINI, O. L. As missões de “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.32, p.125-144, 2003.

ISAÍÁ, A. C. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

JOBIM, H. C. Érico Verissimo atacado pelos inimigos da Liberdade. *Diretrizes*, 6 de mai. 1943.

LEITE, L. O. A polêmica entre Érico Veríssimo e um padre jesuíta. In: MORETTO, F. (Org.). *Érico e seu tempo*. Porto Alegre: Ediplat, 2005.

MANIFESTO de solidariedade ao escritor Érico Veríssimo. *Diário de Notícias*, a pedido, 2 de mai. 1943.

MARTINS, A. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1978.

MICELI, S. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MONTEIRO, L. *Religião, cultura e política: o apostolado laico dos jesuítas no RGS e os espaços sociais de atuação*. 2011. 363f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PETRARCA, F. *O jornalismo como profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no RGS*. 2007. Tese (Doutorado em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SIRINELLI, J-F. *Intellectuels et passions françaises*. Paris: Fayard, 1990.

_____. Alain et les siens. Sociabilité du milieu intellectuel et responsabilité du clerc. *Revue Française de Science politique*, v.38, n.2, p.276-283, 1988.

_____. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (Org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. Le hasart ou la nécessité? Une histoire em chantier: l'histoire des intellectuels. Vingtième Siècle. *Revue d'histoire*, v.9, n.1, p.97-108, 1986.

TRINDADE, F. A polêmica entre Érico Veríssimo e o Pe. Leonardo Fritzen, S.J. *Revista do IFCH*, Porto Alegre, n.11/12, 1984.

UMA página de crítica literária e os que com ela se solidarizaram. *Diário de Notícias*, a pedido, 30 abr. 1943.

